

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º ..... , DE 2008**  
**(Do Sr. Deputado DELEY)**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da  
das Relações Exteriores sobre a exploração de  
mão-de-obra escrava de brasileiros na Nova  
Zelândia.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro de V. Exa. que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Sr. Celso Amorim a respeito de notícias que dão conta da exploração de trabalhadores brasileiros na Nova Zelândia, obrigados a trabalhar em fazendas isoladas, por períodos de 18 horas e com seus documentos retidos.

## JUSTIFICAÇÃO

Causam espécie e grande estranheza as notícias segundo as quais brasileiros estão sendo aliciados para trabalhar na Nova Zelândia em condições degradantes. Denúncias dão conta de que, após chegarem ao país com promessa de trabalho bem-remunerado, são isolados nas proximidades de Queenstown em fazendas que ficam a dezenas de quilômetros das cidades e mantidos em alojamentos sem aquecimento, onde a temperatura chega a até 3 graus negativos.

Consta também que os passaportes de nossos compatriotas são retidos pelos capatazes, sob o pretexto de lhes conseguir o "work permit", permissão para o trabalho. Os documentos não são mais devolvidos e os brasileiros ficam impedidos de fazer qualquer outra coisa. Eles também são informados de que devem abrir conta em um banco para receber os salários, mas como estão distantes demais das cidades e sem os documentos e são obrigados a trabalhar mais de 12 horas por dia ficam incapacitados de tomar quaisquer providências que viessem humanizar sua situação. Têm-me chegado denúncias também de que essas pessoas chegam a trabalhar até 16 horas por dia em fazendas de abóboras, uvas e kiwis, são impedidas de sair das fazendas até à noite, mesmo porque os relatos informam que os veículos que ficam no local nunca têm combustível suficiente para ir longe das propriedades.

Essa é uma situação que configura o trabalho escravo de nossos cidadãos atraídos para receber pagamentos em dólar e outras promessas de prosperidade e boas condições de trabalho. Além de toda essa exploração, posteriormente eles ficam sabendo que o dólar prometido não é o americano, mas o dólar neozelandês, que vale a metade daquele.

Tudo isso acontece num momento em que as relações bilaterais entre o Brasil e a Nova Zelândia desenvolvem-se de forma significativa e estão em um caminho de grande aproximação, tendo inclusive o ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, visitado o país no dia 28 de agosto de 2008. O Brasil tem sido declarado como foco prioritário da "Estratégia Latino-americana" da Nova Zelândia.

Essas denúncias são graves e merecem uma profunda investigação do governo do governo da Nova Zelândia, país onde esses fatos tão degradantes contra cidadãos brasileiros estão ocorrendo, explicitamente contrários à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

As autoridades brasileiras não podem se eximir de cobrar informações e providências imediatas para que se coloque um fim a essa lamentável situação, a qual se configura como totalmente inadmissível, inaceitável e insustentável. São providências que queremos saber.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2008.

Deputado **DELEY**

**PSC/RJ**